



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Minuta

Contrato nº XX/2016
Processo nº 0020028-64.2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS A POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS**, CNPJ/MF nº 05.789.902/0001-72, situado na Quadra 202 Norte, Avenida Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 01/02, Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 094.110.381-15, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a **Empresa XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n. XXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato pelo(a) Senhor(a) **xxxxxxxx**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, vinculando-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2016 e proposta da contratada, regendo-se pela legislação vigente e, principalmente, pelas disposições das Leis n. 8.666/193 e 10.520/2002, do Decreto nº 5450/2005, autorizado no Processo Administrativo SEI nº 0020028-64.2015, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na intermediação de fornecimento de produtos e serviços relacionados a postos de combustíveis para a frota de veículos pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, bem como de outros

veículos formalmente incorporados mediante aquisição ou requisitados de outros órgãos públicos para prestarem serviços à Justiça Eleitoral e os locados para atendimento da demanda no período das eleições. Tais serviços e produtos devem ser pagos mediante uso de cartão magnético ou eletrônico, providenciados pela empresa Contratada que será responsável pelo credenciamento dos postos, nas cidades constantes do anexo II do Termo de Referência, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

1.2 Os produtos e serviços objetos desta contratação são os constantes da relação abaixo:

- a) Combustíveis dos tipos: gasolina comum, álcool e diesel comum ou aditivado;
- b) óleos lubrificantes minerais, sintéticos ou semi-sintéticos para motores a gasolina, a álcool e a diesel;
- c) gás de cozinha de 13 e 45 Kg;
- d) manutenção leve nos Postos de Atendimento, prevendo:
 - reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de pára-brisa;
 - reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento;
 - troca do extintor de incêndio;
 - reposição do nível de óleo de freio;
 - serviço de lavagem simples e completa em automóveis leves, utilitários, caminhão de pequeno porte e ônibus, em deslocamento pelo interior do Estado;
 - serviço de aplicação de cera em automóveis leves, utilitários, caminhão de pequeno porte e ônibus, em deslocamento pelo interior do Estado;
 - serviço de troca de óleo lubrificante em veículos da frota;
 - serviço de troca de filtros de óleo, ar e combustível em veículos da frota;
 - serviço de conserto de pneus.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Obrigações da CONTRATADA:

2.1.1 - Possuir estabelecimentos credenciados em todos os municípios sedes de Cartório Eleitoral do ANEXO II do Termo de Referência, devendo a relação dos

credenciados ser apresentada a este Tribunal por ocasião da assinatura do contrato, como condição para tanto.

2.1.2 Providenciar a implantação do sistema de administração, gerenciamento do abastecimento, fornecimento de gás liquefeito de petróleo e manutenção leve da frota do TRE-TO contida nos itens de 1.1.1 ao 1.1.4 e sub-itens 1.1.4.1 ao 1.1.4.9 (todos do Termo de Referência); com fornecimento de sistema informatizado e cartões eletrônicos ou magnéticos para cada veículo, cartões especiais que permitem abastecer qualquer veículo e cartões de uso privilegiados que permitem associações de veículos temporários, locados ou requisitados, sem qualquer custo adicional para o TRE-TO, que habilitarão os motoristas, para aquisições de produtos e serviços juntos aos postos credenciados pela Contratada;

2.1.2.1. observar, especialmente quanto à implantação do sistema, planejamento e levantamento de dados da frota de veículos. Os trabalhos de implantação, referidos neste item, compreendem:

- a) cadastro dos veículos;
- b) estrutura de gestão;
- c) estudo da logística da rede de atendimento;
- d) créditos aos veículos;
- e) implantação dos sistemas tecnológicos.

2.1.2.2. emitir cartões pertinentes ao abastecimento e manutenção leve, conforme condições estabelecidas no item 3.3 do Termo de Referência, Anexo I.

2.1.2.3. substituir os cartões, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, nos casos de defeito, perda ou qualquer dano no chip ou no cartão eletrônico, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da mesma.

2.1.2.4. orientar aos usuários quanto à forma correta de utilização dos cartões sistemas e demais facilidades colocadas à disposição dos usuários do respectivo sistema.

2.1.2.5. relatar à Contratante, toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.

2.1.2.6. zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.

2.1.2.7. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

2.1.2.8. implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

2.1.2.9 manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.1.2.10 não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização do TRE/TO.

2.1.2.11 disponibilizar sistema para imprimir o comprovante de transação, com as informações abaixo, independente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o TRE-TO, as quais são indispensáveis à manutenção da segurança e controle do sistema:

- a) saldo remanescente do cartão destinado ao veículo;
- b) hodômetro do veículo, no momento do abastecimento;
- c) nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação de compra de mercadorias ou serviços;
- d) data e hora da(s) transação (ões), quantidade de mercadorias ou serviços comprados;
- e) tipo de mercadorias ou serviços comprados;
- f) valor total da operação e código de identificação do motorista;

2.1.3 Para as emissões dos cartões pertinentes ao abastecimento e manutenção leve, deverá ser observado o seguinte:

2.1.3.1 – emissão de 01 (um) Cartão para cada veículo que o identifique, conforme relação de veículos, anexo I, bem como os veículos adquiridos, requisitados, incorporados ao patrimônio da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

2.1.3.2 - cartão especial que possibilita abastecer os veículos locados, cedidos e requisitados, tanto pelo TRE-TO como pelas Zonas Eleitorais, previsão inicial no quantitativo de 80 (oitenta) cartões;

2.1.3.3 - cartões de uso privilegiado na forma descrita no item 3.2.1, que permite a vinculação a qualquer veículo temporário ou não; que deverão ser fornecidos de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

2.1.3.4 - cartão destinado ao veículo permanecerá como propriedade exclusiva da Contratada, devendo ser devolvido, pelo TRE-TO, em caso de rescisão do presente contrato;

2.1.3.5 - somente serão realizadas operações que não ultrapassem o limite de crédito de cada veículo;

2.1.3.6 - na hipótese do crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outras), apenas o responsável pela gestão dos veículos e

devidamente autorizado pelo TRE-TO, poderá realizar um crédito adicional e somente para o período necessário;

2.1.4 Não permitir o abastecimento ou qualquer outra despesa em veículo diverso daquele constante no cartão, sendo responsabilidade da Contratada a apresentação de solução que iniba ou identifique, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

2.1.5 Arcar com todas as despesas com impostos, taxas e demais tributos que incidem sobre o objeto contratual, bem como o ressarcimento das empresas credenciadas pelos serviços e materiais fornecidos à Contratante;

2.1.6 Colocar à disposição do CONTRATANTE acesso ao Sistema de Controle de Frotas em níveis compatíveis com o modelo definido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – administrador e usuário.

2.1.7 O TRE-TO não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer item de combustíveis, materiais e serviços de manutenção leve realizada sem autorização expressa; neste caso caberá ao posto o ônus da venda indevida:

2.1.8 As cidades sede das Zonas Eleitorais relacionadas no Anexo II do Termo de Referência deverão possuir pelo menos um posto de combustível credenciado, exceto na cidade de Palmas-TO, que deverá ter 05 (cinco) postos de combustíveis credenciados; nas cidades de Araguaína e Gurupí que deverão ter 03 (três) postos credenciados e nas cidades de Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Colinas e Guaraí que deverão ter pelo menos 02 (dois) postos credenciados, com o objetivo de estimular a concorrência e o menor preço.

2.1.9 as demais obrigações constantes no Termo de Referência (ANEXO I).

2.2. Compete à CONTRATANTE

2.2.1 - Estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Controle da Frota a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com as suas responsabilidades.

2.2.2 - Dar conhecimento das condições deste Contrato aos portadores dos cartões de abastecimentos do sistema destinados aos veículos, bem como orientá-los sobre a sua correta utilização, a fim de que a sua finalidade não seja desvirtuada.

2.2.3 - Estabelecer, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade, requisitado ou locado, um limite de crédito que não poderá ser ultrapassado sem a sua autorização expressa.

2.2.4 - Fornecer à **CONTRATADA**, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, e manter atualizado, o cadastro completo dos veículos, motoristas e

condutores autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam:

- a) tipo da frota (própria, terceiros, locada);
- b) número da frota;
- c) placa;
- d) chassi;
- e) marca;
- f) tipo;
- g) motorização;
- h) capacidade de carga;
- i) combustível (gasolina, diesel, álcool);
- j) lotação – Órgão / cidade / código do centro de custos;
- k) capacidade do tanque;
- l) matrícula do gerente responsável pelo veículo;
- m) hodômetro;
- n) nome, matrícula e lotação dos motoristas e condutores autorizados.

2.2.5 - Solicitar à empresa o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, em dois níveis: o de administrador (com poderes de alteração de limites de crédito) e o de usuário (apenas com acesso a relatórios).

2.2.6 - No caso de extravio ou danos ao cartão destinado ao veículo, requerer à **CONTRATADA** a emissão de segunda via, para substituição, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da mesma.

2.2.7 - Solicitar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos, em caso de alienação ou descredenciamento.

2.2.8 - Informar, imediatamente, à **CONTRATADA** o furto, o roubo ou o extravio do cartão destinado ao veículo.

2.2.9 - Devolver à **CONTRATADA**, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões destinados aos veículos;

2.2.10 - Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão do sistema destinado ao veículo.

2.2.11 - Conferir, receber e atestar as faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela **CONTRATADA**.

2.2.12 - Efetuar o pagamento das faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as condições estabelecidas na cláusula própria.

2.2.13 – Promover, através da Seção de Segurança e Transporte – SETRAN e dos Chefes de Cartório, nas Zonas Eleitorais, o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços objeto desta contratação.

2.2.13.1 A existência da fiscalização por parte do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, de nenhum modo, diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA** na prestação dos serviços assumidos.

2.2.14 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato;

2.2.15 - É de responsabilidade do TRE-TO garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede de postos varejistas credenciados sejam verídicas. Caso haja enganos ou distorções, a Contratada deverá disponibilizar relatórios que possibilitem a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção;

2.2.16 - Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, através da prestação das informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS

3.1. Para perfeita execução dos serviços a **CONTRATADA** deverá observar as condições abaixo.

3.1.1. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais, globais e individualizados, demonstrando todos os dados referentes à utilização dos veículos da Contratante e rede de postos de abastecimento credenciados e equipados para aceitar transações com os cartões vinculados ao sistema destinado aos veículos.

3.1.2. Equipamentos periféricos e cartões eletrônicos do sistema destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de informações da frota, sendo um cartão para cada veículo.

3.1.3. Sistema de Gerenciamento Integrado que possibilite um constante controle dos abastecimentos, permitindo, quando necessário, a emissão de relatório total ou parcial das operações realizadas em determinado período;

3.1.4 - Sistemas operacionais para processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos do sistema destinados à identificação dos veículos e terminais.

3.1.5 - Processamento dos dados de consumo de combustível, quilometragem percorrida, custos, identificação do veículo, identificação do motorista e respectiva unidade de lotação, datas e horários de aplicação de insumos, tipos de combustíveis, lubrificantes, componentes e serviços, manutenções etc., a serem alimentados por meio eletrônico, com ou sem a participação humana, e em base gerencial de dados disponíveis para o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

3.1.6 - Rede de postos de abastecimento credenciados e equipados para aceitar transações com os cartões vinculados ao sistema destinados aos veículos.

3.1.7 - Sistema tecnológico integrado para viabilizar, através dos cartões dos veículos, o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis, lubrificantes gás liquefeito de petróleo e manutenção leve junto à rede credenciada de postos varejistas de abastecimento.

3.1.8 - Processo de consolidação de dados financeiros e operacionais da frota de veículos do TRE-TO e de emissão de relatórios pela INTERNET:

3.1.8.1 - Financeiros:

- a) despesas com o abastecimento e manutenção leve por veículo;
- b) análise de consumo de combustível;
- c) histórico de quilometragem da frota;
- d) relatório de preços praticados em postos;
- e) despesa por tipo de serviço;
- f) despesa por lotação.

3.1.8.2 - Operacionais:

- a) inconsistência de hodômetro;
- b) veículos com desvio de média km/litro;
- c) controle do vencimento das carteiras nacionais de habilitação dos motoristas;
- d) veículo com abastecimento acima da capacidade do tanque e demais relatórios de exceção que venham a ser especificados pelo TRE-TO, desde que as informações estejam disponíveis no sistema da Contratada.

3.1.9 - Para utilização do cartão do veículo, o motorista deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da Contratada, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, mercadorias e serviços

autorizados para compra, que foram definidos individualmente para cada veículo da frota do TRE-TO que serão amplamente divulgadas.

3.1.10 - Finalizada a operação acima mencionada, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da Contratada instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes às compras de mercadorias e serviços realizados no referido estabelecimento. O portador deverá encaminhar o referido termo impresso às respectivas áreas definidas pela estrutura de gestão do TRE-TO que serão amplamente divulgadas.

3.1.11 - Em caso de danos involuntários no cartão do veículo, ou em equipamentos da Contratada, instalados em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a Contratada a disponibilizar procedimento de compra contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto varejista, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da Contratada, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do TRE-TO, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

3.1.12 - No caso de impossibilidade de acesso à rede da Contratada, pelos estabelecimentos credenciados ou pelo TRE-TO, a Contratada deverá disponibilizar o procedimento por meio de serviço de atendimento ao cliente.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4.1. A contratante pagará à contratada, mensalmente, os valores discriminados na Nota Fiscal, referentes aos produtos e serviços utilizados no mês anterior, sendo cobrada a taxa de administração no percentual de **XX%**, calculado sobre o montante da Nota Fiscal supra.

4.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente, através de Ordem Bancária no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o atesto da Nota Fiscal/Fatura pela Seção de Transporte e Segurança, desde que o serviço esteja em conformidade com as exigências contratuais e que não haja fator impeditivo imputável à contratada.

4.3. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

4.4. Sobre as faturas incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com as faturas, cópia do comprovante respectivo.

4.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

4.6.O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

4.7. Para os fins do disposto na Cláusula Nona, fica o valor anual deste Contrato estimado em R\$ XXXXXXXXXX.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES

5.1 Por tratar-se de taxa de administração, esta não será reajustada durante a vigência do contrato, inclusive no caso de prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. Este Contrato vigorará por 12(doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o Artigo 61, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado para o início da execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%, calculado sobre o valor do contrato;

b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissões ou outras falhas, a Contratada ficará sujeito às seguintes penalidades :

a) advertência por escrito sobre o descumprimento das cláusulas contratuais e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa compensatória no percentual de até 10 % (dez por cento) calculados sobre o valor estimado do Contrato e com utilização dos parâmetros do Item 8.1 nos casos de descumprimento de prazos;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

8.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

8.4. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

8.5. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

8.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO

9.1. A despesa com a presente contratação correrá a conta das Dotações Orçamentárias: : PT 02.122.0570.20GP.0017 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - PTRES 084812 – PO Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e dos seguintes elementos de despesa:

- **3.3.3.9.0.39.03** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Comissão e Corretagens;

- **3.3.3.9.0.39.19** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Veículos;

- **3.3.3.9.0.30.04** – Material de Consumo – Gás e Outros Materiais Engarrafados;

- **3.3.3.9.0.30.01** – Material de Consumo – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LICITAÇÃO

10.1 O presente contrato é decorrente do Pregão Eletrônico nº 05/2016, consoante o disposto na Lei nº 10.520/2002 e Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa,

obedecendo, entre outras, principalmente às disposições dos artigos. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

Por estarem de acordo, assinam as partes este instrumento contratual por meio do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.

Palmas - TO, ____ de fevereiro de 2016.

FLAVIO LEALI RIBEIRO
Diretor Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

Representante da Contratada